

Boletim Econômico

SINMETAL

Vol. 115 07/2008



A ARRECAÇÃO DE ICMS DO ESTADO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008 cresceu, em termos nominais 22,8%, em relação ao mesmo período do ano passado, alcançando R\$ 7,1 bilhões. Este número é, em muito, resultado do bom desempenho econômico gaúcho, porém, o esforço do governo de aumentar a produtividade da fiscalização, com melhorias fiscais não pode ser ignorado.

O Governo do estado do Rio Grande do Sul arrecadou até a metade deste ano R\$ 7,1 bilhões de ICMS, o que significa um aumento nominal de 22,8% sobre os R\$ 5,75 bilhões do mesmo período de 2007. Como o recolhimento de impostos possui comportamento altamente sazonal, faz-se mister a análise das finanças públicas utilizando como base a comparação ao ano anterior. Desta forma pode-se observar que em junho, a arrecadação cresceu 33,11% em relação ao mesmo mês de 2007, o que representa um salto imenso de receitas, tendência esta que se mostra em todos os meses de 2008.

Arrecadação de ICMS mensal - Rio Grande do Sul - R\$ Milhões			
Meses	2007	2008	Variação 2008/2007
Jan.	1.118,02	1.243,26	11,2%
Fev.	883,70	1.114,04	26,1%
Mar.	824,74	1.054,88	27,9%
Abr.	970,40	1.167,10	20,3%
Mai.	970,39	1.172,75	20,9%
Jun.	993,30	1.322,20	33,1%
Acumulado	5.760,56	7.074,24	22,8%

Em termos setoriais, o destaque de variação de arrecadação de ICMS é da Indústria de Montagem, que cresceu mais de 200% na primeira metade de 2008, com R\$ 104,5 milhões frente aos R\$ 33,8 milhões de 2007. O segundo maior aumento foi registrado pela Indústria de Acondicionamento e Recondicionamento, com 44,5% e o terceiro, de 40,7%, de Produção Animal e Extração Vegetal. O recolhimento da Indústria de Beneficiamento cresceu 29,6% (R\$ 235,8 milhões) e o setor de Serviços e Outros, 29,3% alcançando R\$ 920 milhões. Enquanto o Comércio Varejista foi responsável por 12,7% do ICMS arrecadado, com R\$ 898,6 milhões e alta de 26,6%, o Comércio Atacadista teve participação de 28,11%, com R\$ 1,989 bilhão e expansão de 16,5%. Por fim, a Indústria de Transformação, setor em que está inserido o complexo Metalmeccânico e

Eletroeletrônico, contribuiu com 40,2% do total recolhido, com R\$ 2,243 bilhões e crescimento nominal de 20,6% em relação à primeira metade de 2007.

Em grande parte, este resultado é consequência do aumento do dinamismo da economia, que vem apresentando números bastantes positivos em quase todos os setores de atividades, com destaque para a agricultura. No entanto, essa alta acima da média de arrecadação de ICMS diz respeito também ao esforço fiscal que o governo gaúcho está empreendendo. Desde o ano passado, vêm sendo incorporadas algumas ferramentas que buscam o crescimento da eficiência tributária e de fiscalização. Dentre estas, estão a automatização de recolhimento, sendo o carro-chefe a nota fiscal eletrônica, que em 2007, tinha apenas 15 empresas autorizadas e até julho este número estava em 318 empresas, ou seja, enorme ampliação da rede. A nota fiscal eletrônica dificulta a sonegação e facilita a fiscalização por parte do governo.

Outra ferramenta que visa à facilitação da fiscalização é o PAC Inteligente, que nada mais é do que um programa que cruza informações de empresas, como energia elétrica, com as informações sobre o ICMS, apontando discrepâncias e probabilidades de sonegação. O PAC Inteligente também gera o embasamento para os cálculos de metas de autuação, auxiliando na melhor produtividade dos auditores fiscais. A fiscalização é ainda facilitada com a Substituição Tributária, que recolhe o ICMS na indústria ou no atacado, ao invés de pontos de varejos, que são muitos. Por fim, há ainda uma parceria com o Ministério Público, além de diretrizes para recuperação de créditos tributários.

Desta forma, pode-se afirmar que este aumento do ICMS estadual é fruto de uma junção do dinamismo e aquecimento da economia gaúcha com o esforço governamental de redução da sonegação fiscal. Este resultado pode ser saudado por ter sido viabilizado por vias alternativas ao aumento de alíquotas de impostos, o que demonstra que o governo possui espaço para ter sua receita ampliada sem que tenha que onerar ainda mais a sociedade.

* Fonte de dados: SEFAZ e FEE. Gráfico: Elaboração SINMETAL.